

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

LOIVA MARA DE OLIVEIRA MACHADO

**CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL PELA SOCIEDADE CIVIL:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS  
DE UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Suárez Maciel

Porto Alegre

2008

## RESUMO

Com a Constituição Federal de 1988, os direitos sociais são assegurados em lei com vistas ao enfrentamento às diferentes expressões da questão social, que resultam das desigualdades engendradas na relação capital-trabalho. Para que esses direitos se concretizem, são necessárias políticas públicas. Nesse contexto, a Assistência Social, enquanto política de Seguridade Social, assume o status de política pública, buscando superar a tradição histórica de favor e doação, fortalecendo sua condição de direito social. Esta dissertação tem o propósito de socializar os resultados da pesquisa, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUC/RS - Mestrado em Serviço Social, que teve, como objetivo, *analisar como a sociedade civil vem exercendo o controle social da Política de Assistência Social, através do CEAS e FEAS, no Rio Grande do Sul, com vistas a identificar seu nível de protagonismo nesse processo*. Trata-se de uma pesquisa orientada pelo referencial do materialismo dialético histórico. Tem natureza qualitativa e, por tanto, não se propõe a generalizações. A concepção de Estado e Sociedade Civil desenvolvida no estudo assume a perspectiva de Estado Ampliado, do legado gramsciano, formado por sociedade política e sociedade civil. A perspectiva de controle social como controle da Sociedade Civil sobre o Estado assume centralidade no referido estudo. O lócus da pesquisa foi o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/RS) e o Fórum Estadual de Assistência Social Não-Governamental (FEAS/RS), através da participação de representantes da sociedade civil nesses espaços. A metodologia de trabalho foi desenvolvida a partir das técnicas de: pesquisa coletiva, pesquisa individual e grupo focal, tendo como instrumento um formulário de tipo semi-estruturado. Os dados do campo empírico tiveram como objetivo responder *como a sociedade civil vem exercendo o controle social da Política de Assistência Social, em âmbito estadual, no período de 1999-2007, no Rio Grande do Sul*. Entre os resultados obtidos, evidencia-se que o controle social é um processo em disputa, o qual poderá ter maior ou menor impacto na mudança da realidade e na efetividade da Política Pública de Assistência Social, de acordo com capacidade de incidência política da sociedade civil organizada, junto aos espaços públicos e esferas públicas.

Palavras-chaves: Controle Social, Política de Assistência Social, Participação Cidadã

## ABSTRACT

With the Federal Constitution of 1988, social rights are guaranteed by law in order to confront the various expressions of social issues, derived from inequalities engendered in the capital-labor relationship. In order to reinforce these rights, Public Policies are needed. In this context, Social Assistance - as a policy on Social Security - assumes the status of Public policy, seeking to overcome the historical tradition of favor and donation, strengthening its status as a social right. This dissertation is aimed at socializing the results of the research, conducted altogether with the Program for Post-Graduation in Social Service - PUC / RS – Master's Degree in Social Service, which has the objective of *examining how the civil society is exercising the social control from the Social Assistance Policy, through the CEAS and FEAS, in the State of Rio Grande do Sul, so as to identify their leading nature in this process*. This research has been guided by the historical reference of dialectical Materialism. It has a qualitative nature and, therefore, it is not intended to make generalizations. The design of the State and the Civil Society, developed in the study, is viewed from the perspective of Gramsci's legacy of a *Wider State*, consisting of Political Society and Civil Society. The perspective of social control, as the control of Civil Society upon the State, is central to the study. The locus of this research were the State Council of Social Assistance (CEAS / RS) and the State Forum for Non-governmental Social Assistance (FEAS / RS), through the participation of representatives from the Civil Society in those spaces. The methodology of this work was developed from the techniques of individual, collective and group-focused research, using a semi- structured questionnaire form. The empirical data had the goal of answering *how the Civil Society is exercising the social control from the Social Assistance Policy, at the state level, during the period of 1999-2007, in the State of Rio Grande do Sul*. Some of the obtained results show that the social control is a disputed process, which may have greater or lesser impact on changing the reality and the effectiveness of the Public Policy on Social Assistance, according to the ability of political influence of an organized Civil Society in Public spaces and fields.

Keywords: Social Control, Social Assistance Policy, Citizen's Participation

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Participantes da pesquisa e sua representação .....	120
<b>Quadro 2:</b> Formação escolar dos(as) participantes da pesquisa .....	121
<b>Quadro 3:</b> Formação escolar (especialização) dos(as) participantes da pesquisa .....	121

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I – O INÍCIO DA CAMINHADA: COMPREENDENDO AS CATEGORIAS EMERGENTES NO DEBATE ACERCA DO CONTROLE SOCIAL</b> .....	18
1.1 A relação entre Estado e Sociedade Civil no contexto do controle social .....	19
1.1.1 Organização e concepções de Estado, Sociedade Civil e Controle Social nos diferentes contextos históricos .....	21
1.1.2 Sociedade Civil, Estado e Controle Social no contexto brasileiro .....	31
1.1.3 A origem do termo Sociedade Civil .....	46
1.1.4 Sentidos do termo Controle Social .....	50
1.1.5 Espaços e instrumentos de controle social .....	59
1.2 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/RS) e Fórum Estadual de Assistência Social Não-Governamental (FEAS/RS): espaços de controle social? ..	70
<b>CAPÍTULO II - O PERCURSO DO CAMINHO ENTRE PEDRAS, ESPINHOS E SOLO FÉRTIL</b> .....	80
2.1 Motivações para o Processo de Investigação .....	82
2.2 Problema, Questões Orientadoras e Objetivos da Pesquisa.....	84
2.3 Aspectos Metodológicos da Pesquisa .....	87
2.3.1 Os sujeitos da pesquisa .....	89
2.3.2 O método.....	97
2.3.3 Etapas de desenvolvimento da pesquisa, técnicas e instrumentos.....	104
<b>CAPÍTULO III - CONTROLE SOCIAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESCOBERTAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NUM CAMINHO QUE SE FAZ CAMINHANDO</b> .....	119
3.1 Concepções acerca da política de assistência social: o velho e o novo na pauta do dia .....	124
3.2 Publicização e formação: estratégias e instrumentos necessários ao exercício do controle social .....	146
3.3 A emergência da participação cidadã .....	166
3.4 Controle Social: uma mediação necessária à efetivação da Política de Assistência Social .....	188
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	214
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	222
<b>APÊNDICES</b> .....	231
APÊNDICE A: Quadro Metodológico de Pesquisa.....	231
APÊNDICE B: Formulário para Entrevista Coletiva.....	233

APÊNDICE C: Formulário para Entrevista Individual .....	236
APÊNDICE D: Roteiro para Reunião de Grupo Focal.....	240
APÊNDICE E: Termo de Consentimento .....	241

## INTRODUÇÃO

O caminho é longo. No horizonte, está a concretização de um novo projeto societário, que rompa com todas as formas de injustiça e desigualdade social. Lugar da convivência plural e democrática, protagonizada por mulheres e homens, enquanto sujeitos políticos de sua própria história. Em cada passo do caminho, desafios e conquistas. Há momentos de parada para pensar o passo seguinte. Às vezes, o passo é para trás, fortalecer quem ficou à beira do caminho; às vezes, é para o lado, somar forças, articular parcerias, planejar estratégias para, juntos(as), avançar no passo seguinte. Trata-se da necessária paciência histórica, imprescindível ao fortalecimento de práticas emancipatórias. O caminho é pedregoso, e os conflitos necessários na gestão de alternativas. Pode haver encruzilhadas, os descaminhos, que põem em risco o percurso desejado. Para onde seguir então? Princípios e valores inegociáveis, como: justiça, liberdade, autonomia, democracia e cidadania dão direção e sentido ao novo que emerge de mentes, corações e práticas construtoras de um outro mundo possível, necessário e urgente.

O título “Caminhos e Descaminhos”, aqui expresso, tem sentido mobilizador na análise em torno do exercício do controle social da Política de Assistência Social pela sociedade civil. A conquista do status dessa política enquanto política pública, firmada em Lei; a garantia de espaços públicos e esferas públicas plurais e democráticas, como os Conselhos e Fóruns; os processos de formação e publicização são indicativos de um caminho em construção. Há, porém, descaminhos, manifestos diante dos desafios quanto às concepções em disputa em torno da Política de Assistência Social; a falta de acesso a processos de formação e informação; os limites da democracia representativa e participativa; a efetiva participação e poder de decisão da sociedade civil. Estes desafios são encruzilhadas presentes no movimento dialético da sociedade, que põe à prova o exercício da cidadania plena. Busca-se assim, no percurso desse caminho, o fortalecimento de

uma “utopia possível”, ou seja, de um “não lugar”, que se traduz no vir-a-ser, que é processo histórico e dialético de construção e afirmação.

Que passos firmar então? Diante da emergência da construção de um novo projeto societário, torna-se necessária a desconcentração da renda, riqueza e poder de uma minoria dominante; a afirmação do Estado Democrático e de Direito; a organização popular; o fortalecimento de espaços públicos; a consolidação e ampliação da esfera pública e democrática e o controle do estado pela sociedade civil organizada. O estatuto legal contribui para firmar passos no caminho de construção desse projeto, mas, não é suficiente. A participação efetiva da sociedade civil na tomada de decisões, fortalecida através de processos de formação, publicização de informações, organização e mobilização social são ladrilhos no caminho da afirmação de direitos e políticas públicas, necessárias à melhoria das condições de vida. Com o propósito de desvendar essas questões é que se desenvolve a presente dissertação.

O primeiro capítulo: **“O início da caminhada: compreendendo as categorias emergentes no debate acerca do controle social”**, aborda questões fundamentais que estão no centro do debate e das contradições existentes no exercício do controle social pela sociedade civil, os quais servem de base para o desenvolvimento do processo de investigação. O aprofundamento em torno de temas como Estado, Sociedade Civil, Controle Social, Conselhos e Fóruns, permeados por questões de ordem política e econômica é pertinente para o início dessa “caminhada”.

No segundo capítulo encontra-se o processo metodológico da pesquisa. Corresponde aos passos dados desde a formulação do problema de pesquisa até o seu desenvolvimento. Sob o título: **“O percurso do caminho entre pedras, espinhos e solo fértil”** busca-se visibilizar técnicas e instrumentos utilizados no processo de investigação, o qual está fundamentado no referencial epistemológico do Materialismo Dialético Histórico.

O capítulo III trata das descobertas, desafios e possibilidades que emergem do processo de investigação. Com o título: **“Controle social da Política de**



***Assistência Social: descobertas, desafios e possibilidades, num caminho que se faz caminhando***”, busca-se dar materialidade aos resultados da pesquisa a partir da interlocução entre categorias teóricas e empíricas priorizadas na investigação. Logo em seguida, nas considerações finais, são apontados alguns indicativos, os quais não têm a pretensão de verdades absolutas, mas apresentam-se como conclusões provisórias necessárias à sistematização do presente estudo.

Os resultados da pesquisa têm o propósito de contribuir para o estudo, debate, aprofundamento e sistematização teórico-prática, de cidadãos e cidadãs, representantes da sociedade civil que atuam em espaços de proposição, deliberação e controle social, de políticas públicas, estudantes de serviço social e áreas afins, acerca do exercício do controle social da Política de Assistência Social pela Sociedade Civil. Também quer contribuir para uma maior apropriação da temática por parte dos três segmentos da sociedade civil que atuam na Política de Assistência Social: usuários, entidades prestadoras de serviço e organizações de trabalhadores da assistência social, com vistas ao efetivo controle social da Política de Assistência Social pela sociedade civil, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento do protagonismo dos sujeitos que atuam nessa política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pesquisar constitui uma atitude e uma prática teórica de constante busca e, por isso, tem a característica do acabado provisório e do inacabado permanente” (MINAYO, 2007, p. 47). Assim, as reflexões apresentadas neste item não têm a pretensão de tecer conclusões definitivas acerca do debate em torno do tema controle social na Política de Assistência Social. Pretende-se, portanto, apresentar alguns acúmulos oriundos dos dados empíricos, tecer observações acerca das descobertas e desafios verificados e apontar indicativos quanto ao fortalecimento do controle social da Política de Assistência Social.

Nesta dissertação, procurou-se dar visibilidade ao tema do controle social da Política de Assistência Social, considerando as garantias asseguradas a partir da Constituição Federal de 1988, ou seja, da centralidade do controle social da sociedade civil sobre o Estado na área das políticas públicas. O caminho percorrido teve como objetivo responder à indagação que mobilizou o processo de investigação: **como a sociedade civil vem exercendo o controle social da Política de Assistência Social, em âmbito estadual, no período de 1999-2007, no Rio Grande do Sul?**

Tomando como referencial epistemológico o materialismo dialético histórico, buscou-se, num primeiro momento, compreender a origem, a organização e as relações de poder no âmbito do Estado e da sociedade civil, considerando a pluralidade de sujeitos e os interesses em disputa. O aprofundamento desse tema possibilitou maior compreensão acerca do referencial de Estado ampliado, do legado gramsciano formado por sociedade política, identificada com os aparelhos de coerção e sociedade civil, que se caracteriza pelo campo da construção da hegemonia, espaço da diversidade e da pluralidade.

Percebe-se que a Constituição Cidadã de 1988 marca um novo momento da história do país através da garantia de direitos e de políticas públicas, como

exigências à consolidação da cidadania e exercício da democracia. Para que as políticas públicas firmadas em lei se viabilizem, a sociedade é chamada à participação em espaços públicos e esferas públicas, como lugares privilegiados de controle social. Os espaços públicos caracterizam-se por serem plurais, não-institucionalizados, com pouca formalização, de adesão voluntária, onde são confrontados interesses coletivos, considerando as especificidades e os interesses corporativos ou particulares presentes no interior das entidades da sociedade civil. A esfera pública é constituída por espaços, também plurais, mas de responsabilidade jurídica estatal. Trata-se de instâncias institucionalizadas cuja composição está indicada em legislação específica. É o caso dos conselhos que, apresentam maior grau de formalidade e se caracterizam por sua natureza paritária. No Conselho Estadual de Assistência Social, destaca-se, ainda, o caráter deliberativo, enquanto outros conselhos assumem um cunho meramente consultivo.

Considerando as noções acima descritas, foi possível desvendar a origem e sentidos do controle social - compartilhar o poder, assegurar a cidadania, consolidar a democracia, construir a justiça social – e identificar espaços para o seu exercício. Essas noções favoreceram a compreensão do controle social, na área da assistência social, como **processo permanente de participação popular e cidadã, – na formulação, deliberação, gerenciamento financeiro, acompanhamento da execução e avaliação da política pública de assistência social –, através da esfera pública e de espaços públicos democráticos, constituindo-se uma mediação necessária à superação das desigualdades sociais e construção da justiça social.**

O percurso do caminho em busca da compreensão sobre o controle social da sociedade civil na Política de Assistência Social foi tortuoso, marcado por “descaminhos”, que apontam desafios e indagações acerca das categorias explicativas da realidade que serviram de orientação para o aprofundamento do tema em questão.

As questões problematizadas acerca da **concepção** sobre a Política de Assistência, no âmbito da sociedade civil, revelam a presença de “velhas” e “novas” expressões sobre a concepção dessa política. O “velho” pode ser identificado a

partir de uma visão clientelista no atendimento à população, que tende a reforçar ações focalizadas, fragmentadas, centradas na dimensão do favor e da dependência. Já o “novo” manifesta-se através de uma política centrada na pessoa do usuário, cidadão de direitos; no fortalecimento de uma política de travessia, que supere relações de dependência, que leve à ampliação da consciência da população sobre a realidade em que vivem e sobre as causas geradoras dessa realidade, incorporando demandas e necessidades da população. Esta nova concepção sobre política se materializa através de processos de mobilização da sociedade civil organizada. Porém, contraditoriamente, esse novo, num contexto de desresponsabilização do Estado no trato das políticas sociais, também se traduz na terceirização da Política de Assistência Social, na medida em que este repassa às organizações da sociedade civil a responsabilidade pela execução de políticas públicas. Frente a tal prática, emerge a seguinte questão: será que a sociedade civil tem condições de executar e, ao mesmo tempo, controlar a Política de Assistência Social?

Considerando que **publicização** de informações constitui uma exigência para o exercício do controle social, procurou-se identificar, ao longo da pesquisa, se: os(as) representantes da sociedade civil – que participam em espaços de controle social, em âmbito estadual – tornam públicas as decisões sobre a Política de Assistência Social; e como fazem isso.

Os dados empíricos revelam limites quanto ao acesso à informação e fragilidade dos instrumentos de publicização. No que se refere ao acesso às informações, os limites podem ser identificados, num primeiro momento, quanto a circulação de informações voltadas ao âmbito interno das entidades, dificultando, dessa forma, o acesso dos usuários das políticas e da sociedade em geral. Também se verificam limites quanto ao acesso à internet, na medida em que as informações referentes às políticas públicas, em geral, são veiculadas nesse espaço, e a população mais empobrecida não dispõe desse recurso. Com isso, tem dificuldade de acompanhar as informações referentes a programas, projetos, ações e recursos financeiros, encaminhados pelos governos e as ações desenvolvidas por entidades da sociedade civil. Percebe-se, também, que a falta de acesso a esse instrumento compromete o acompanhamento de informações referentes às discussões e

deliberações em torno da Política de Assistência Social que ocorrem tanto no Conselho Estadual de Assistência Social como no Fórum Estadual de Assistência Social Não-Governamental.

No segundo caso, no que se refere às formas de publicização, percebe-se fragilidade na elaboração e publicização de atas, relatórios de reunião, relatórios anuais, boletins informativos elaborados pelo Conselho Estadual de Assistência Social e Fórum Estadual de Assistência Social Não-Governamental. Há também dificuldade quanto ao acesso a esses instrumentos, em especial, daqueles elaborados pelo Conselho, devido a procedimentos protocolares, o que dificulta a apropriação de informações e visibilidade necessárias ao efetivo exercício do controle social. Também se constata que a publicização de informações, tanto do CEAS quanto do FEAS, nos espaços da grande mídia, é dificultada devido à exigência de pagamento.

Em meio aos desafios apresentados, é possível construir possibilidades que levem à construção ou fortalecimento de estratégias e instrumentos de publicização. Entre elas, destacam-se: a criação ou fortalecimento da rede de comunicação interna das entidades; a articulação dessa rede interna com outras redes da sociedade civil; a conquista de espaços na mídia paga; a utilização de espaços na mídia alternativa como é o caso das rádios e jornais comunitários; a publicização de informações sobre a Política de Assistência Social através do processo de discussão e elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamento, planos, relatórios, programas, projetos, resoluções, decretos, entre outros, em espaços públicos da sociedade civil e nos diferentes âmbitos da administração pública. Também é fundamental a criação de instrumentos de divulgação, como, por exemplo, impressos distribuídos gratuitamente e que estejam disponibilizados na internet, de forma sistemática. Deve ser ampliada, ainda, a participação da sociedade civil em espaços de debate e em processos de formação que podem se traduzir, ao mesmo tempo, em estratégias de publicização.

No que se refere à **formação** da sociedade civil para o controle social, percebe-se que as entidades e organizações desse campo desenvolvem atividades numa perspectiva mais técnica, no sentido de orientar o seu quadro interno e as

peças envolvidas nos programas que desenvolvem, sobre a existência de direitos e políticas públicas. Cada entidade desenvolve a formação “para os seus”. Assim, em geral, essa formação ocorre no campo interno das entidades, com pouco acesso dos usuários ou de outros segmentos da sociedade civil. Há, portanto, o desafio de desenvolver a formação enquanto processo, ou seja, de maneira permanente; inserida na realidade concreta das pessoas e comunidades; no território, isto é, no local, articulado ao contexto global; uma formação inculturada nas diversidades culturais, geracionais, de gênero, raça, etnia, educacionais, condições de acessibilidade, e outras. Nesse contexto, torna-se fundamental a construção de novos instrumentos e metodologias no processo formativo, que possibilitem maior articulação entre as entidades/organizações da sociedade civil.

Em relação à **participação** de representantes da sociedade civil em espaços de controle social da Política de Assistência Social, em nível estadual, procurou-se identificar de que forma essa participação tem contribuído para a efetivação da Política Pública de Assistência Social. Os dados empíricos apontam avanços em relação à participação direta em espaços de decisão, contribuindo, dessa forma, na superação da lógica da democracia representativa. Assim, evidencia-se que a participação da sociedade civil no controle social da Política de Assistência Social, através de espaços públicos, – ligados ou não às esferas públicas –, vem corroborando para a construção de uma cultura democrática de participação, capaz de superar concepções elitistas, tecnocráticas e autoritárias de democracia e exercício do poder.

Por outro lado, considerando os avanços já apresentados constata-se também que a participação da sociedade civil no controle social da Política de Assistência Social é dificultada pela falta de acesso a condições materiais de subsistência e acessibilidade (física, de alfabetização, deslocamento, entre outros), pela burocracia no que se refere à “oficialização” das entidades da sociedade civil e, também, pelas condições de representatividade, na medida em que o fluxo de informações entre “representantes e representados” é precário. Do mesmo modo, apresenta-se a personalização das relações, na medida em que a capacidade técnica ou política de algumas pessoas se sobrepõe à capacidade de articulação e incidência política das instituições. Além disso, a pouca presença de

conselheiros(as) representantes da sociedade civil, em especial do segmento dos usuários, no FEAS constitui desafio no que tange à legitimidade dessa representação. Percebe-se também que entidades mais estruturadas tendem a desenvolver maior influência nos espaços de controle social, na medida em que encontram melhores condições de acesso e intervenção. Assim, a participação cidadã, que resulta dos processos de sensibilização, organização, mobilização e capacidade de incidência, é um processo a ser conquistado pela sociedade civil.

Percebe-se, portanto, que as concepções acerca da Política de Assistência Social, os processos de publicização e formação, a participação cidadã – que resulta da compreensão acerca dos papéis e atribuições do Estado e da Sociedade Civil na viabilização de políticas públicas – são alguns dos aspectos desafiadores para o exercício do controle social, no atual contexto marcado pelos ajustes da política econômica neoliberal.

Constata-se que, embora o controle social da Política de Assistência Social seja um direito assegurado em Lei, em âmbito estadual, no Rio Grande do Sul, esse controle encontra-se fragilizado, de acordo com os desafios apresentados anteriormente. Da mesma forma, o protagonismo da sociedade civil no exercício do controle social, em âmbito estadual, é bastante incipiente. Isso ocorre na medida em que os espaços de participação cidadã ainda são permeados pela cultura da não-participação, manifesta através da falta de acesso a questões estruturantes para o exercício do controle social, como vimos anteriormente.

Porém, ponderando a recente experiência de gestão democrática e participativa da sociedade civil no Estado, que vem sendo experimentada nos últimos vinte anos, torna-se necessário potencializar as alternativas emergentes para o efetivo exercício do controle social. Da mesma forma, é imprescindível revigorar a dinâmica de organização e funcionamento dos espaços e esferas públicas, de modo que priorizem, em suas pautas, as necessidades e lutas gestadas no âmbito da sociedade civil.

O caminho percorrido aponta a necessidade de intensificar a luta pela garantia da Política Pública de Assistência Social, enquanto direito social. Para que

essa perspectiva se viabilize, torna-se necessário: a) aprofundar o diagnóstico acerca da realidade social, política, econômica da população; b) desenvolver análises de conjuntura que possibilitem identificar a correlação de forças presente na relação entre as entidades que compõem o conjunto da sociedade civil; e dessas com os governos e instituições financeiras que integram o mercado; c) debater acerca do sistema de proteção social; d) conhecer a legislação e o financiamento em torno das políticas públicas, em especial a Política de Assistência Social; e) assegurar a formação para o controle social e a publicização de informações em torno da Política de Assistência Social.

Diante desses indicativos, percebe-se a importância em dar continuidade ao debate acerca do controle social nas políticas públicas. Assim é possível identificar novos problemas de pesquisa, os quais podem ser descritos da seguinte forma: 1) Como se configuram as redes de articulação da sociedade civil, em âmbito municipal e estadual, para o controle social de políticas públicas? 2) Como se desenvolve a participação dos usuários em espaços de controle social da Política de Assistência Social? 3) Como os movimentos sociais vêm exercendo o controle social nas políticas públicas, em âmbito estadual? 4) Como a sociedade civil vem exercendo o controle social em políticas voltadas ao campo econômico no Rio Grande do Sul? 5) Em que medida as lutas e mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais incidem sobre o exercício do controle social de políticas públicas, no âmbito da esfera pública?

Conclui-se, por fim, que, na Lei e na prática, é importante afirmar o controle social da Política de Assistência Social como mediação necessária à construção de “um outro mundo possível, necessário e urgente”. Essa construção é caminho para a realização da justiça social. Assim, aceitando “um convite ao vôo”, de Eduardo Galeano, afirma-se a utopia desse mundo possível onde:

[...] o ar estará livre de todo o veneno que não vier dos medos humanos e das paixões humanas; [...] as pessoas trabalharão para viver, em vez de viver para trabalhar; [...] os historiadores não acreditarão que os países gostam de ser invadidos; os políticos não acreditarão que os pobres gostam de comer promessas; [...] o mundo já não estará em guerra contra os pobres, mas contra a pobreza; [...] a comida não será uma mercadoria e



nem a informação um negócio, por que a comida e a informação são direitos humanos; ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão; [...] os meninos de rua não serão tratados como lixo, porque não haverá meninos de rua; [...] serão reflorestados os desertos do mundo e os desertos da alma; [...] a perfeição continuará sendo um aborrecido privilégio dos deuses; mas, neste mundo confuso e fastidioso, cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro.